

# MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. Ed. São Paulo, Boitempo: 2010. 271 pág.

Messias Araujo Cardozo<sup>1</sup>

A importância do *Manifesto do Partido Comunista* revela-se notável e figura entre os textos-documentos fundadores não apenas do que depois se convencionou chamar de marxismo como de toda uma tradição do movimento dos trabalhadores por este texto inspirado. Escrito a quatro mãos como já fora prática dos autores, os dois jovens filósofos alemães Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) lançaram em 1848 as teses centrais de sua concepção histórica, política e social, como a *luta de classes*, o *internacionalismo revolucionário* e a ideia de uma *revolução comunista proletária*.

No primeiro ponto: “Burgueses e Proletários”, os autores historicizam sua tese da luta de classes como motor da história, como a característica central e inerente de todas as formações sociais desde a Antiguidade até a modernidade capitalista do século XIX. O antagonismo entre oprimidos e opressores se exterioriza de forma mais aguda com o advento da sociedade industrial e capitalista da Europa oitocentista. A luta de classes entre o proletariado (operários citadinos assalariados) e a burguesia (classe de capitalistas detentores do meios-de-produção) atingira seu ponto clímax. Para tal impasse somente a revolução violenta do proletariado revela-se a solução.

A burguesia ao suplantando a antiga aristocracia feudal impôs o regime do capital e uma configuração política igualmente nova, o chamado Estado Moderno, cujo executivo nada mais seria do que seu comitê. Ao se expandir pelo globo, as ramificações do capitalismo com seus tentáculos atingiu expansão planetária, criando a burguesia um mundo a sua imagem e semelhança, submetendo o quanto pode a cidade ao campo, aglomerando populações e os operários em massas compactas, não mais travestindo (como ocorrera no medievo) a exploração por dissimulações religioso-políticas, “(...) a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despuddorada e brutal” (MARX, ENGELS, 2010, p. 42).

A “única” classe que os autores creditam e vislumbram como capazes de aplacar a dominação burguesa/capitalista é o proletariado. Paradoxalmente a burguesia ao amontoar os trabalhadores nas fábricas e em cortiços miseráveis produziu as armas e os homens que as empunhariam contra ela própria. A “classe média” seria reacionária por sua posição, pois “(...) pretendem fazer girar para trás a roda da história” (MARX, ENGELS, 2010, p. 49). O “lumpén-proletariado” (camponeses, desempregados e outros não operários) que poderia ser arrastado à revolução proletária.

---

Graduado em Licenciatura Plena em História da UESPI (Campus Alexandre Alves de Oliveira), foi bolsista do Programa de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID, Subprojeto de História). E-mail: messias.histsocial@gmail.com

ria não seriam pois “suas condições de vida o predispõem mais a vender-se à reação” (MARX, ENGELS, 2010, p. 49).

Até hoje (1848) todos os movimentos históricos (sobretudo as revoluções) teriam sido característicos de minorias organizadas em favor de si, da minoria. Sendo que “o movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa maioria” (MARX, ENGELS, 2010, p. 50). O caminho, a missão histórica do proletariado para os autores é a destruição da propriedade privada, “o proletariado estabelece sua dominação pela derrubada violenta da burguesia” (MARX, ENGELS, 2010, p. 50). Não haveria outra síntese para a dialética senhor/escravo, representada respectivamente pela burguesia/proletariado: “A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis” (MARX, ENGELS, 2010, p. 51).

Tal prognóstico (teleológico e fatalista) de inexorabilidade revolucionária que deve ser visto de forma crítica, pode ser identificado com o momento da chamada “Primavera dos Povos” e das “Jornadas de Julho” de 1848 que atravessaram a Europa. Onde revoltas e convulsões sociais soavam as trombetas de que a paz restauradora do Congresso de Viena cuja missão era apagar a “mancha” revolucionária da França de 1789 não estava consolidada, o que os autores observam como as dores do parto, como a gênese de uma sociedade pós-revolucionária sem antagonismos de classe.

No segundo ponto: “Proletários e comunistas”, os autores tratam de distinguir seus objetivos como comunistas e clarificar os pontos de vista de suas concepções políticas e sociais frente aos críticos e outros partidos operários, onde os comunistas divergiam em dois pontos, que seriam sua indiferença em relação a nacionalidade e a representação dos interesses de conjunto do movimento.

Como salientado no primeiro ponto, a luta de classes é política, onde a organização do proletariado em classe é identificada a sua constituição em partido político, cujo objetivo imediato é a “(...) derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado” (MARX, ENGELS, 2010, p. 51), que não diferiria de outros programas dos demais partidos proletários.

O caminho que levaria, ou deveria levar ao comunismo estava aí sistematizado. E as conclusões analíticas não procederiam de uma “revelação” ou da especulação providas deste ou daquele reformador do mundo, mas da análise empírica do social, sobretudo no que tange a produção material, das condições efetivas da luta de classes “(...) que se desenvolve diante dos olhos” (MARX, ENGELS, 2010, p. 52). O comunismo, não aboliria a propriedade como um todo, enquanto conquista do trabalho do homem, mas a ideia era a *supressão da propriedade burguesa*.

Este ponto é importante frisar, pois é esclarecedor para a desconstrução dos jargões direitistas e acólitos do liberalismo que confusamente e às vezes francamente sordidamente identificam termos como: “socialismo”, “comunismo” até absurdamente “anarquismo” como símiles de uma mesma teoria ou pressuposto básico e essencial que desejariam de forma sórdida e injusta (por vezes categorizada de “demoníaca” pelos religiosos lacaios da ordem capitalista) suprimir a propriedade advinda do justo suor do homem. Desnecessário dizer, sobretudo para as mentes inteligentes, que tal identificação não passa de aberração, desconsideradora da his-

toricidade dos conceitos, e é fruto da ignorância geral, corrente em certos círculos de ufanismo direitista, por vezes pró-golpismo militar, fascista mesmo que graça a sociedade brasileira atual e que já teve seu símile histórico sob a rubrica do integralismo.

Os autores são claros: “Não pretendemos de modo algum abolir essa apropriação pessoal dos produtos do trabalho, (...). Queremos suprimir o caráter miserável desta apropriação, que faz com que o operário só viva para aumentar capital (...)” (MARX, ENGELS, 2010, p. 53). O mesmo vale para as argumentações toscas (ainda hoje correntes no seio mental do anticomunismo à brasileira, regado a nacionalismo e desconhecimento) do propósito dos comunistas de supressão da liberdade e da individualidade. Os autores são novamente categóricos ao circunscrever a proposta de supressão neste ponto: “(...) se trata efetivamente de abolir a individualidade burguesa, a independência burguesa, a liberdade burguesa” (MARX, ENGELS, 2010, p. 51), que são vistas como naturais, atemporais e não como fruto de um desenvolvimento histórico.

Tal concepção grosseira de que o comunismo queria abolir a liberdade, a individualidade (hoje se fala em “supressão da subjetividade” como característica básica de uma sociedade comunista) ou da cultura (também burguesa) que para Marx e Engels só adestrariam a maioria os transformando em máquinas, é falsificação. A mesma fraseologia burguesa se aplicaria a uma suposta “comunidade de mulheres” ou a “destruição da família” (sobretudo a “tradicional”, nuclear, patriarcal e machista).

Outra questão importante é o nacionalismo. O dispositivo das nacionalidades foi decisivo para as unificações de vários países europeus como Alemanha de Marx e Engels (1871) e era parte do momento histórico da redação do manifesto. “Os comunistas também são acusados de querer abolir a pátria, a nacionalidade” (MARX, ENGELS, 2010, p. 56). Sobre isto a réplica é imediata: “Os operários não tem pátria. Não se lhes pode tirar aquilo que não possuem” (MARX, ENGLES, 2010, p. 56). Aqui o *internacionalismo* revolucionário é expresso de forma clarividente, onde o proletariado pós-revolucionário tornar-se-ia a própria nação.

O término da exploração do homem pelo homem poria fim igualmente à exploração de uma nação pela outra. Cumpre destacar ainda que neste segundo ponto do Manifesto, existe uma identificação dos propósitos políticos da luta proletária com a instância do Estado, que é definido aqui como “(...) proletariado organizado como classe dominante (...)” (MARX, ENGELS, 2010, p. 58). Os pontos 1, 5 e 6 dos 10 elencados como medidas imediatas pós-revolução proletária transparecem como o Estado teria forte peso (na chamada transição do capitalismo para o comunismo, a “etapa intermediária” da ditadura do proletariado que levaria ao socialismo<sup>2</sup>).

<sup>2</sup> Extremamente criticada, sobretudo pelo anarquismo. A experiência histórica, sobretudo a soviética, demonstrou como esta tese vanguardista e partidária do controle do Estado para a sua posterior destruição desembocou em ditaduras partidárias, personalistas (frise-se stalinismo) que nunca fizeram o “salto” rumo ao comunismo sem Estado e sem classes. Desnecessário dizer que a experiência soviética desvirtuou os pontos dos fundadores do materialismo histórico e que Marx e Engels, muito menos o Manifesto devam ser julgados como os culpados pelo fracasso do “socialismo real” que em muito se distancia das propostas emancipadoras dos filósofos alemães.

O terceiro ponto do texto: “Literatura socialista e comunista” pode ser útil, sobretudo para a diferenciação do chamado “socialismo utópico” do “socialismo científico” (advogados por Marx e Engels e até com certo exagero visto sob a ótica da objetividade enquanto o socialismo precedente ou que não encarnavam suas ideias como “veleidades metafísicas”). A crítica ao socialismo feudal, cristão, as teorias de Fourier e a toda sorte de literatura dita socialista, são desacreditadas pelos pensadores, sobretudo e principalmente por não indicarem uma proposta de ação efetiva e de não verem no proletariado o sujeito revolucionário, ator principal da revolução.

O quarto e último ponto: “Posição dos comunistas diante dos diversos partidos de oposição” é o mais breve, e, com efeito, o mais gritante. Finalizando com a célebre frase (em nossa edição aqui usada em caixa alta) “PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!” (MARX, ENGELS, 2010, p. 69), se relaciona diretamente com o segundo ponto, no sentido de esclarecedor e no esforço de distinguir a relação do Partido Comunista, revolucionário e internacionalista, dos outros partidos. O primeiro não se descuidaria “(...) de despertar nos operários uma consciência clara e nítida do violento antagonismo que existe entre a burguesia e o proletariado” (MARX, ENGELS, 2010, p. 69).

Aqui retorna a transparecer a concepção teleológico-dialética, sobretudo quando a atenção dada a Alemanha, que à época estaria as vésperas de uma revolução burguesa que gestaria um ambiente propício, “(...) prelúdio imediato de uma revolução proletária” (MARX, ENGELS, 2010, p. 69). O ponto central seria por em relevo a questão da propriedade, sendo os comunistas apoiadores de todo e qualquer movimento contra a ordem (capitalista) existente. Sendo que as classes dominantes deveriam tremer frente a tal proposta, cuja violência seria o caminho natural, vital para a efetivação do projeto revolucionário do proletariado.

Do sangue das batalhas finais, da síntese do confronto entre a burguesia e proletariado surgiria a sociedade sem classes. Se a Revolução de Outubro de 1917 deturpou o sonho, o Manifesto relido hoje, depois das considerações do seu lugar, data e contexto é fonte inesgotável para o movimento operário, que como um espectro ronda a pós-modernidade que ainda se assenta no antagonismo de classe. Este texto é manancial vivo para a reconstrução dos movimentos sociais, sobretudo contra os divisionismos.